



CONVENÇÃO COLETIVA

O SINDICATO DOS EMPREGADOS NA ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE JORNAIS E REVISTAS NO ESTADO DE SANTA CATARINA, entidade sindical legalmente constituída, com sede nesta capital, representado por seu presidente em exercício Sr. Claudio Mylla Luiz Farias e de outro lado o SINDICATO DAS EMPRESAS PROPRIETÁRIAS DE JORNAIS E REVISTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, entidade sindical legalmente constituída, com sede nesta capital, representada por seu presidente Moacir G. Thomazi, firmam a presente convenção coletiva de trabalho.

01. REAJUSTE SALARIAL

Os salários dos empregados, representados pelo Sindicato Profissional, que prestam serviços nas áreas de administração e do parque gráfico de empresas de jornais e revistas, distribuidoras de jornais e revistas, bancas de jornais e revistas, e vendedores ambulantes de jornais e revistas no estado de Santa Catarina e abrangidos pelo presente instrumento, ficam reajustados no percentual de **5%** (cinco por cento) sobre os salários vigentes em **1º de julho de 2003** a vigor em **1º de julho de 2004**.

02. COMPENSAÇÃO

Serão compensados todos os aumentos salariais concedidos após a data de 1º de julho de 2003, quer espontâneo, quer compulsórios, excluídos os aumentos individuais decorrentes de promoção, transferência, equiparação salarial, implemento de idade ou tempo de serviço e término de aprendizagem.

03. ADMITIDOS APÓS DATA BASE

Será concedido aumento aos empregados abrangidos pelo presente instrumento e admitidos após a data de 1º de julho de 2003, proporcionalmente ao mês de admissão.

04. PISO SALARIAL

04.1 As partes estabelecem o piso salarial a partir de **1º de julho de 2004** **passa a ser de R\$357,00** (trezentos e cinquenta e sete reais) mensal, aos integrantes da Categoria Profissional **excluídos os empregados que desempenham as funções de office-boys, entregadores de jornais, encartadores, vendas de assinaturas de jornais e jornaleiros**, pela carga horária mensal de 220 horas.



04.2 Convencionam as partes que os empregados abrangidos pelo presente instrumento que percebem salário compostos (salário fixo mais comissões e ou prêmio) não poderão perceber remuneração inferior ao piso salarial acima estipulado, excluídos os empregados que desempenham as funções de **office-boys, entregadores de jornais, encartadores, vendas de assinaturas de jornais e jornalheiros**

05. QUINQUÊNIO

5.1 Convencionam as partes que, a partir da data-base, 1º de julho de 2000, aos empregados que estiverem prestando serviços ao mesmo empregador ou grupo econômico pelo prazo ininterrupto de cinco anos, será concedido um adicional de **3%** (três por cento) sobre o salário básico a título de quinquênios.

05.1.1. Convencionam as partes que cada empregado poderá acumular, no máximo, 2 (dois) quinquênios, salvo as situações já existentes .

05.2. Convencionam as partes que, a partir de **31 de dezembro de 2004** fica extinto o direito ao adicional de quinquênio, garantindo-se aos empregados que já recebem o referido adicional a manutenção dos valores pagos nesta data a tal título.

05.3. Convencionam também que os valores até então pagos a título de quinquênios, deverão permanecer sob rubrica específica em valor fixo.

06. SALÁRIO SUBSTITUTO

É garantido para o empregado admitido para a mesma função de outro, cujo contrato de trabalho tenha sido rescindido por qualquer motivo, o menor salário da função, sem considerar vantagens pessoais, exceto os que desempenham a função de "office boy".

07. QUEBRA DE CAIXA

As empresas pagarão importância equivalente a **30%** (trinta por cento) do piso salarial da categoria, a título de quebra de caixa, para funcionários que tenham por atividade exclusiva efetuar pagamentos e recebimentos, ficando as empresas autorizadas, por ocasião das prestações de contas, a descontar do salário dos empregados que percebem esta vantagem os valores faltantes.



08. UNIFORMES E EQUIPAMENTOS

As empresas que exijam o uso de uniformes e equipamentos deverão fornecê-los sem qualquer ônus para os seus empregados, em número de no mínimo 4 (quatro) por ano.

09. EMPREGADO ACIDENTADO

Fica assegurada a garantia ao trabalho, ao empregado após a cessação ao Auxílio-doença acidentaria, nos termos do artigo 118 da Lei 8.213 de 24.07.91 regulamentada pelo Decreto nº 357 de 07.12.91 no artigo 169.

10. AUXÍLIO A CRECHES

10.1. As empresas se obrigam a subsidiar o pagamento de vagas em creche para filhos de empregados abrangidos pelo presente instrumento do sexo feminino, de 0 (zero) a 36 (trinta e seis) meses de idade, em estabelecimento de livre escolha das mães, no valor de **R\$ 72,80** (setenta e dois reais oitenta centavos) mensais, pagáveis através apresentação pela empregada de recibo.

10.2. Idênticas condições são dadas aos empregados do sexo masculino com a comprovada guarda legal dos filhos.

11. LICENÇA PARA ESTUDANTES

11.1. Os empregados estudantes terão abonadas as faltas decorrentes de exames ou provas obrigatórias que coincidirem com o horário de trabalho, a serem realizadas em cursos oficiais ou oficializados, desde que comuniquem, por escrito, contra-recibo, ao empregador, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e, após, façam comprovação através de atestado expedido pelo respectivo estabelecimento de ensino primário, secundário e superior.

11.2. Os cursos que o empregado for obrigado a realizar, por solicitação da empresa, para seu aperfeiçoamento profissional serão custeados pela empresa. O empregado será liberado de sua jornada caso a mesma transcorra em horário do curso sem prejuízo de seu salário.

Two handwritten signatures in black ink, one above the other, located at the bottom right of the page.



12. GARANTIA PARA APOSENTADORIA

12.1. Será garantido o emprego ao trabalhador que contar mais de 5 (cinco) anos de serviço na empresa, a partir do momento em que completar tempo de serviço que lhe permita obter aposentadoria previdenciária dentro do prazo máximo de 18 (dezoito) meses, ressalvada a dispensa por justa causa ou o não uso do direito.

12.2. A percepção desta vantagem fica condicionada à apresentação por parte do empregado ao Departamento de Pessoal, nos primeiros 45 (quarenta e cinco) dias do período mencionado no item 12.1. da prova documental de seu tempo de serviço junto à Previdência Social. A apresentação do documento será contra recibo e a falta de apresentação acarretará para o empregado a perda do direito aqui normatizado.

13. AUXÍLIO FUNERAL

As empresas cujos empregados não estiverem abrangidos por seguro de vida em grupo ou outras modalidades de seguro por essa subsidiados, em todo ou em parte, ocorrendo falecimento do seu empregado, pagarão aos dependentes legais, do mesmo um importância equivalente a 2 pisos salariais da categoria. Os pagamentos resultantes serão efetivados em cota única até 10 (dez) dias após a comprovação do óbito.

14. DATA DE PAGAMENTO DE SALÁRIO

Quando o dia do pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado, as Empresas se comprometem a efetuar-lo de forma a que o empregado tenha efetiva disponibilidade de numerário no último dia útil anterior a data de pagamento.

15. COMPROVANTES DE PAGAMENTOS DE SALÁRIOS

O pagamento de salário será feito mediante recibo e/ou crédito em conta bancária, com a identificação da empresa e do qual constarão a remuneração, com a discriminação das parcelas, a quantia líquida paga, os dias trabalhados, as horas extras e os descontos efetuados, inclusive à Previdência Social e o valor correspondente ao FGTS.



16. QUADRO DE AVISO

16.1 As Empresas manterão em local apropriado e acessível um quadro de avisos de notícias sindicais, afixados pela empresa, vedada a divulgação de matéria político-partidária ou que contenha conceitos ou expressões injuriosas, que indisponham os empregados contra a Empresa.

16.2. Fica estabelecido que a medida máxima do quadro de aviso será de 60 cm x 45 cm, e os gastos com a elaboração do referido quadro correrão por conta do Sindicato Profissional.

17. ATENDIMENTO SINDICAL

O Diretor do Sindicato no exercício de seu mandato, se desejar manter contato pessoal com a Empresa, terá a garantia de ser por esta recebido em seu estabelecimento, por seus Diretores ou pessoas por estes designados.

18. FÉRIAS

18.1 As empresas fornecerão férias a seus empregados, coincidindo, obrigatoriamente, o seu início no primeiro dia útil da semana ou qualquer outro dia da semana a critério do empregado.

18.2 Fica garantido o pagamento de 50% (cinquenta por cento) do 13º salário por ocasião das férias, desde que o empregado faça a solicitação por escrito conforme a Lei.

19. EXEMPLAR DE PERIÓDICOS PARA O SINDICATO

As Empresas colocarão a disposição do Sindicato Profissional, sem ônus para este, um exemplar dos periódicos que publicam, e as distribuidoras de revistas colocarão três edições de suas publicações, mediante solicitação da entidade sindical, no endereço indicado pela mesma.

20. SALÁRIO SUBSTITUIÇÃO

Na substituição temporária de cargo de Chefia cuja duração for igual ou superior a 15 (quinze) dias, o empregado substituto perceberá a diferença de seu salário e do substituído considerando vantagens inerentes ao cargo efetivo e sem considerar vantagens pessoais. Tal substituição deverá ser



documentada através de comunicação por escrito ao empregado que substituir.

21. COMPENSAÇÃO DE JORNADA

As empresas poderão estabelecer programas de compensação em dias úteis intercalados com feriados e fim de semana de sorte que os empregados, ou parte deles, possam ter períodos de descanso mais prolongado.

22. PRORROGAÇÃO DA JORNADA

As empresas ficam autorizadas a praticar o sistema de prorrogação de jornada de trabalho, compensando em outro ou outros dias da semana, atendidas as disposições legais pertinentes a semana de 44 (quarenta e quatro) horas de trabalho.

23. JORNADA DIÁRIA FLEXÍVEL

Desde que observado o limite da carga horária semanal 44 (quarenta e quatro) horas, as partes poderão estabelecer jornadas diferentes. Este sistema de jornada flexível não prejudica o regime de prorrogação da jornada prevista na cláusula 22 do presente acordo. No caso de ser adotado o regime de jornada flexível, a jornada diária não poderá ser inferior a 4 (quatro) horas.

24. JUSTIFICAÇÃO DE DISPENSA

O empregado despedido por justa causa, será comunicado por escrito sobre o fato gerador da rescisão contratual, sob pena de nulidade do ato.

25. AUTORIZAÇÃO DE DESCONTOS

25.1. As empresas poderão realizar, dentro do limite legal, descontos em folha de pagamento de seus empregados abrangidos pelo presente instrumento que os autorizem, de contribuições sociais (mensalidades do Sindicato Profissional, taxas de contribuição confederativa e assistencial, taxas emergenciais desde que aprovadas em assembléia da categoria, devidamente convocada para este fim específico, cuja cópia da ata será encaminhada às empresas), associações de empregados, assim como os demais compromissos firmados pelos empregados com essas entidades ou com o empregador relativamente a convênios, empréstimos e outros.



25.2. O total de descontos implantados na folha do empregado, não poderá comprometer mais de 30% (trinta por cento) da remuneração mensal do mesmo.

25.3 As empresas deverão repassar as quantias descontadas dos empregados a favor do sindicato profissional até o dia 5 (cinco) do mês subsequente ao desconto.

26. COMPLEMENTAÇÃO DO BENEFÍCIO DE AUXÍLIO DOENÇA PAGO PELO INSS.

26.1. As empresas pagarão para os empregados em gozo de auxílio-doença concedido pela Previdência Social e no período contado entre o 16º (décimo sexto) até o 60º (sexagésimo) dia de afastamento, uma complementação nos termos abaixo fixados. A complementação devida corresponderá à diferença entre o que a Previdência Social pagar e o salário líquido devido no mês:

26.1.1.- do 16º (décimo sexto) ao 30º (trigésimo) dia de afastamento = 100% (cem por cento) da diferença acima especificada.

26.1.2.- do 31º (trigésimo primeiro) ao 60º (sexagésimo) dia de afastamento = 90% (noventa por cento) da diferença acima especificada.

26.2. Não sendo conhecido o valor básico da Previdência Social, a complementação deverá ser paga em valores estimados. Se ocorrerem diferenças, a maior ou a menor, deverão ser compensadas no pagamento do mês imediatamente posterior.

26.3. Quando o empregado não tiver direito ao auxílio-previdenciário ou acidentário por não ter ainda completado o período de carência exigido pela Previdência Social, a empresa pagará seu salário líquido que lhe seria devido entre o 16º (décimo sexto) dia e o 60º (sexagésimo) dia de afastamento.

26.4. O pagamento previsto nesta cláusula deverá ocorrer junto com o pagamento mensal de salário dos demais empregados.

27. ESPAÇOS GRATUITOS

As empresas de jornais abrangidas pelo presente instrumento cederão espaços gratuitamente ao sindicato profissional, para que publiquem Editais de convocação de assembleias e Notas de interesse da categoria, mediante as seguintes condições:



- a) As Notas não poderão fazer referências às empresas acordantes, a seus diretores bem como não poderão fazer alusões a fatos políticos partidários;
- b) Os Editais serão exclusivamente para celebração de convenções coletivas de trabalho, instauração de dissídios coletivos, eleição de administradores ou de representação profissional e de interesses administrativos da entidade sindical;
- c) Convencionam as partes que cada publicação será em espaço de 2 (duas) colunas por 20 cm (vinte centímetros) bem como no período de vigência do presente acordo nenhuma empresa estará obrigada a fazer mais de 9 (nove) publicações;
- d) Ficam assegurada às empresas o direito de rejeitarem a publicação de qualquer nota que contenha violação das normas aqui dispostas ou da legislação vigente.

28. EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

Nas áreas que for obrigatório, por lei, o uso de equipamento de proteção individual, as empresas deverão fornecê-los gratuitamente e mantê-los em perfeito estado de uso e conservação.

29. COMPROVAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO

As empresas fornecerão, no ato do desligamento documento de comprovação do tempo de serviço, em formulário próprio expedido pelo INSS.

30. MULTA POR NÃO CUMPRIMENTO

É estabelecida a multa equivalente a 10% (dez por cento) do salário-piso de categoria em caso de descumprimento de qualquer cláusula da presente convenção, revertendo em favor da parte prejudicada. A presente multa não se aplica em relação às cláusulas para as quais a CLT já estabelece penalidade.

31. LIBERAÇÃO DE DIRIGENTE

Fica convencionado que será liberado da prestação de serviço o presidente do sindicato profissional, com o pagamento integral de seus salários, pelo prazo de vigência da presente convenção.

A handwritten signature in black ink, appearing to be a stylized name.

32. RELAÇÃO NOMINAL DE EMPREGADOS



As empresas comunicarão à entidade profissional cópia das guias de contribuição sindical e assistencial, com relação nominal e respectivos salários de empregados contribuintes, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o desconto.

33. COMPENSAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DA JORNADA DE TRABALHO – BANCO DE HORAS

As empresas poderão adotar a compensação da jornada de trabalho, nos termos do § 2º, do art. 59, da CLT, com a relação adotada pelo art. 6º, da Lei nº 9.601/98, de modo que as horas eventualmente laboradas em algum dia da semana além do horário normal do empregado, não serão consideradas como extras, desde que sejam compensadas pela correspondente diminuição em outro dia, mediante as seguintes condições.

33.1. As empresas que optarem pela implantação da compensação extraordinária aqui prevista deverão comunicar, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, ao Sindicato Profissional.

33.2. A compensação realizada nestes termos não acarretará qualquer modificação na remuneração usual mensal do empregado.

33.3. Ocorrendo rescisão do contrato de trabalho sem que tenha havido a compensação integral da eventual jornada extraordinária, o empregado fará jus ao pagamento das horas suplementares não compensadas, calculadas com o adicional de lei e na forma do § 3º, do art. 59, da CLT, com a redação adotada pelo art. 6º, da Lei nº 9.601/98.

33.4. No caso de rescisão do contrato de trabalho por iniciativa do empregado serão descontados do mesmo os dias não trabalhados e eventualmente pagos pela empresa.

33.5 O empregado não poderá acumular mais que 40 (quarenta) horas de Banco. Caso ocorra o acúmulo de mais de 40 horas, as primeiras 40 deverão ser compensadas no prazo de 80 dias e as excedentes pagas com adicional de 50% (cinquenta por cento) conforme a Constituição Federal.

33.6 Para implantação da compensação da jornada de trabalho, nos termos desta cláusula, as empresas deverão implementar o registro de horário de seus empregados, quer de forma manual, mecânica ou eletrônica.



33.7 A compensação será feita através de escala com a comunicação prévia ao empregado com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

33.8. O prazo de duração do referido regime de compensação extraordinária da jornada de trabalho será na vigência da presente convenção coletiva de trabalho.

33.9. Esta cláusula não se aplica aos empregados que desempenham as funções de office-boys, entregadores de jornais e jornaleiros.

34 CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Ficam as empresas obrigadas a descontar de seus empregados na forma do art. 578 e seguintes, da CLT da folha de pagamento do mês de março a contribuição sindical no valor de 1 (um) dia de salário de seus empregados, qualquer que seja a forma de sua remuneração recolhendo-a, na forma da lei, através de guias próprias, em nome do Sindicato dos Empregados na Administração das Empresas e Parques Gráficos de Jornais e Revistas no Estado de Santa Catarina.

35 EXAMES MÉDICOS PERIÓDICOS

Convencionam as partes, em conformidade com a Portaria SSST n 8/96, de 8 de maio de 1996, do Ministério do trabalho, que o prazo de validade dos Exames Médicos Periódicos passam a ter a vigência de 270 (duzentos e setenta) dias .

36. CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL

36.1 As empresas integrantes da categoria econômica, abrangida pela presente Convenção Coletiva de Trabalho repassarão a importância total de **R\$ 30,00** (trinta reais), por empregado, parcelado em 2 vezes sendo que a primeira parcela no valor de **R\$ 15,00 (quinze reais)** será paga até o dia **27/09/2004** e a segunda parcela de igual valor até o dia **27/01/2005**, a título de contribuição negocial, recolhendo-a na conta corrente **2540-5**, agência **0408**, operação **003**, da Caixa Econômica Federal, em nome do **SINDPJORE**.

36.2 O não recolhimento no prazo acima previsto, acarretará a empresa inadimplente multa de 10% (dez por cento) acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária.

37. . ELEIÇÕES NA CIPA



Após a realização das eleições nas Comissões Internas de Prevenção Acidente de Trabalho – CIPA as empresas enviarão ao Sindicato ata das eleições Após a realização das eleições nas Comissões Internas de Prevenção a realizadas com a nominata dos eleitos.

38. VIGÊNCIA/ABRANGÊNCIA

A presente convenção vigorará pelo prazo de **12 (doze) meses** a partir de **1º de julho de 2004 até o dia 30 de junho de 2005 abrangendo todos os empregados da administração e parque gráficos das empresas de jornais e revistas do estado de santa Catarina.**

Florianópolis, 10 de setembro de 2004

Sind. dos Empreg. na Administração e Parque Gráfico de Emp. de Jornais e Revistas no Estado de Santa Catarina

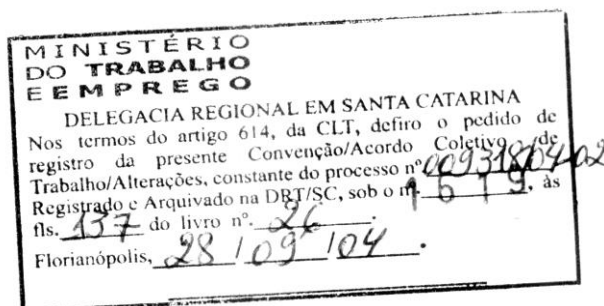
Claudio Mylla Luiz Farias

Presidente

Sind. das Emp. Prop. de Jornais e Revistas do Estado de Santa Catarina

Moacir G. Thomazi

Presidente



Edilene Frezza Silvestrin
SERET/DRT-SC
Mat. 0256304 SIAPE